

VITÓRIA: STJ garante continuidade da greve dos Servidores da Área Ambiental

Uma boa notícia alegrou os servidores do IBAMA, ICMBIO e MMA, na tarde de ontem, quarta-feira, 12 de maio. Por 5 votos contra 3, o Superior Tribunal de Justiça garantiu a continuidade da greve dos servidores da área ambiental, exigindo que retornem ao trabalho apenas aqueles dos serviços essenciais: fiscalização e licenciamento ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Se cumprida essa exigência não será aplicada multa às entidades ligadas ao setor e a legalidade da greve será julgada no decorrer do processo, sem necessidade de retorno imediato ao trabalho. A ministra Eliana Calmon votou no sentido de determinar o retorno ao trabalho dos servidores ligados aos serviços essenciais. Acompanharam este entendimento os ministros Castro Meira, Humberto Martins, Herman Benjamin e Mauro Campbell.

Entenda melhor: Em 30 de abril o STJ concedeu liminar acatando pedido da União e declarando movimento de paralisação da categoria como ilegal. Às entidades representativas da categoria (Condsef e Asibama) foi definida aplicação de multa de R\$100 mil reais, totalizando R\$200 mil por dia de paralisação considerada indevida. Em uma ação rápida, foi protocolada contestação da ação impetrada pelo governo. As entidades interpuseram recurso pedindo que o STF reconsiderasse a liminar concedida. O ganho de ontem foi de permitir a continuidade da greve, sem aplicação da multa, a menos que seja descumprido o retorno imediato dos trabalhadores dos setores considerados essenciais.

Justificativa da paralisação: Como há um prazo constitucional previsto para junho na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e não havendo avanço no processo negocial junto ao governo, os servidores viram como única saída para buscar o cumprimento desse acordo a paralisação de atividades. A mobilização, portanto, se motiva para garantir a discussão que reestrutura tabelas para 2011, dentro do prazo legislativo, em 2010. Parte do acordo firmado com os servidores ainda não foi cumprido, bem como a Portaria que instalou o GT e tinha entre seus objetivos a revisão das tabelas.

Comando de Greve do MTE divulga informações

O Comando Nacional de Greve do Ministério do Trabalho conversou, na manhã de ontem (12/05), com o dirigente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu. Na ocasião, ficou claro que ele e (talvez) o governo estejam com uma visão equivocada do que fazem os servidores administrativos do MTE. Pelas palavras de José Dirceu o que se pode perceber é que o governo acredita que os trabalhos administrativos podem ser terceirizados e não área fim do MTE. A delegada de base do SINTSEF/CE, Carmem Lúcia Marques, presente no encontro, destaca que os servidores tem funções técnicas na área de trabalho, emprego e renda e que desempenham funções essenciais vinculadas à área fim do MTE, “somos técnicos de políticas sociais, a gestão pública não se modernizou a ponto de reconhecer o valor que temos enquanto servidores”, destaca a nota do Comando. Em sua fala na Reunião da Direção Nacional da CUT, José Dirceu afirmou que “os salários do serviço público foram elevados no governo Lula e que muitas carreiras foram criadas no serviço público mas tem problemas ainda para resolver como o dos companheiros do MTE que estão aqui presentes defendendo seu plano de carreira”.